



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2013/SEMA/MT**

**PROCESSO N.º 226628/2013**

**O ESTADO DE MATO GROSSO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, neste ato representado por seu **PREGOEIRO**, nomeado pelo Ato n.º 13.143/2009, de 14/10/2009/SEMA, publicada no D.O.E. em 14/10/2009, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO DO LOTE ÚNICO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual n.º 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

O **Credenciamento** que possibilita o direito de manifestação das empresas participantes será **realizado das 15h00min as 15h30min do dia 12 de novembro de 2013**, sendo sessão aberta neste mesmo dia às **15h30min**, na qual serão entregues os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na **Sala de Pregão n.º 03**, Superintendência de Aquisições Governamentais – SAD, situada na Avenida Transversal 01, Bloco C 03, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, Cuiabá – MT.

**1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO - PROCESSO N.º 226628/2013.**

**1.1** A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO E/OU AJUSTE DE BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS**, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no **Anexo I – Termo de Referência**, que fazem parte integrante deste Edital.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

## **2. TERMO DE REFERÊNCIA**

**2.1** Foi elaborado pela Gerência de Laboratório e Ensaios, o Termo de Referência nº. 003/2013, constante às fls. 01 a 07, do Processo nº. 226628/2013, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

## **3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**3.1** Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação.

**3.2** Poderão participar desta licitação as pessoas legalmente constituídas, **sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto licitado.**

**3.3** Após o lançamento das propostas, as mesmas serão submetidas à análise do corpo técnico, juntamente com o Contrato Social, e as empresas que apresentarem objeto social incompatível com o objeto da presente licitação serão desclassificadas em ato contínuo.

**3.4** Poderão participar desta licitação as empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT, em plena validade, situações substitutivas das documentações exigidas, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 7.218/06.

**3.4.1** Para as pessoas jurídicas não inscritas fica assegurado o direito de apresentarem a Documentação (habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica – financeiro e regularidade fiscal) prevista na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, para confirmar a sua habilitação.

**3.4.2** Em Sessão Pública para as empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT, a confirmação dar-se-á através do portal eletrônico da SAD/MT ou através da apresentação de documento equivalente que confirme a regularidade do cadastro.

**3.4.3** Para participação do **PREGÃO**, as licitantes que não estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores e que quiserem se cadastrar deverão providenciar o seu Cadastramento, no



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento das propostas.

**3.4.4 As empresas que já estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso deverão providenciar a revalidação/atualização** de documentos inerentes à documentação obrigatória, também **no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento da proposta** junto a sua Unidade Cadastradora ou apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão do Pregão.

**3.5.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

**3.5.1** Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

**3.5.2** Que estejam com o direito de licitar e contratar com a administração pública suspensa, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas, será facultado ao pregoeiro fazer diligência para verificação da suspensão ou inidoneidade.

**3.5.3** Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

**3.5.4.** Estrangeiras que não funcionem no País.

**3.5.5.** Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

**3.5.6.** Sociedades Cooperativas.

## **4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** Os licitantes interessados em participar do certame deverão comparecer no local indicado neste Edital 30 (trinta) minutos antes do horário de abertura da sessão, para efetuarem o credenciamento.

**4.2.** Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro, o representante da licitante deverá estar munido de:



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**4.2.1.** No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, **exibindo: a) a respectiva cópia da cédula de identidade autenticada em cartório ou cópia desta com a original ou documento equivalente e comprovado; e b) documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante o Pregão; e c) cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa acompanhado da última alteração, no qual nesta fase será procedida somente à análise do Contrato Social quanto aos poderes conferidos na respectiva Carta de Credenciamento ou Procuração, devendo ser analisada o Objeto Social somente na fase de apuração de propostas, após o lançamento das mesmas; e d) declaração que cumpre plenamente as exigências quanto a habilitação, conforme Anexo III, tais documentos deverão ser juntados ao processo licitatório**

**4.2.2.** Todos os documentos relacionados no subitem anterior deverão estar autenticados em cartório ou com documento original, para conferência “in loco”;

**4.2.3.** Só serão aceitas cópias legíveis.

**4.2.4.** Por ocasião do credenciamento, na modalidade pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº. 123/06 deverá apresentar:

**I – quando optante pelo SIMPLES nacional:**

- a) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;**
- b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.**

**II – quando não optante pelo SIMPLES nacional:**

- a) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;**
- b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**4.2.5.** Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou Termo de Credenciamento, neste último caso, **com firma reconhecida em cartório (Anexo II- Modelo de Termo de Credenciamento)**, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame, e ainda a cópia do documento do Contrato Social ou Estatuto da empresa acompanhado da última alteração.

**4.2.6.** Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, **deverá apresentar cópia da cédula de identidade e original ou documento equivalente e cópia autenticada do contrato social ou estatuto da empresa ou ato de investidura que habilitem o representante ou cópia do contrato social ou estatuto acompanhado do original para conferência “in loco”, que deverão ser juntados ao processo licitatório**, ao qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo ser analisado nesta fase somente os poderes conferidos ao representante da empresa licitantes discriminado no Contrato Social.

**4.3.** Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues separadamente dos envelopes 01 e 02, sendo opacos, lacrados e rubricados no fecho, e acompanhados da Declaração dando ciência de que cumpre(m) plenamente os requisitos de habilitação (**Anexo III**).

**4.4.** Os envelopes 01 e 02, tratados no subitem anterior, aos quais sejam envelope de proposta e habilitação.

**4.5.** Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

**4.6.** É vedado o subestabelecimento com o intuito de representar outra empresa no mesmo procedimento de aquisição.

**4.7.** A falta ou incorreção dos documentos de procuração ou atos de constituição ou de investidura ou ainda da declaração dando ciência de cumprir as exigências da habilitação não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestarem-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção, este saneamento somente poderá ocorrer na etapa de credenciamento.

**4.8.** As empresas licitantes interessadas no presente certame que não puderem enviar preposto para participar da sessão pública de Pregão Presencial poderão remeter os documentos referente a Proposta e Habilitação, em envelope lacrado, via correio, devendo os respectivos documentos



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ser entregues até a abertura da Sessão Pública, ao qual não poderá manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório.

**4.9.** Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação**, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ da empresa credenciada.

## **5. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

**5.1.** Por força da Lei Complementar nº 123/06, as microempresas - ME e as empresas de pequeno porte - EPP que tenham interesse em participar deste pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

- a) no momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada toda a documentação, nos termos do item 8 - Da Habilitação, deste edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição, bem como alguma espécie de documento que venha a comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta classificada.

**5.2.** Para efeito do disposto no item acima, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- b) a nova proposta mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

- c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes que se enquadrem na alínea b do subitem 4.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no item 4.1., alínea b, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- e) na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea a, b, c e d do presente subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- f) o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

**6.1.** A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um **Pregoeiro**, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados **no preâmbulo deste Edital**.

**6.2.** Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, o(s) representante(s) da(s) licitante(s) entregará (ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

**6.3.** O envelope da Proposta de Preços deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

**ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS LOTE ÚNICO.**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013/SEMA**  
**RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE.**

**6.4.** O envelope dos “Documentos de Habilitação” deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**  
**PREGÃO PRESENCIAL N 009/2013/SEMA**  
**RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE.**

**6.5.** Inicialmente, será aberto o Envelope 01 – Proposta de Preços – e, após, o Envelope 02 Documentos de Habilitação.

## **7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1.** A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa, preferencialmente no **Termo de Referência/modelo de proposta de preços (ANEXO I)**, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

**7.2.** Na Proposta de Preços deverão constar, **sob pena de desclassificação:**

**7.2.1.** Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco.

**7.2.2.** Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

**7.2.3.** Uma única cotação, com preços unitários e totais por item e o valor global, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último.

**7.3.** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**7.4.** Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

**7.5.** As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer os produtos sem ônus adicionais.

**7.6.** A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**7.7.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**7.8.** Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades do item 14.3 do presente Edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**7.9.** O Pregoeiro considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem em nulidade do procedimento, como sendo exigências formais e consequentemente classificará a empresa.

**7.10.** A sessão pública poderá ser suspensão, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária.

## **8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1.** Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro.

**8.2.** No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **critério de menor preço do lote único**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos, neste edital, e o objeto social da empresa.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**8.3. Abertura dos envelopes de propostas de preços e cadastramento, independente de válida ou não, classificando a proposta de menor preço e devidamente adequada ao edital e todas aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores relativamente à de menor preço, desde que atendam ao edital.**

**8.4.** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**8.5.** O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

**8.6.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**8.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 14.3 deste Edital.**

**8.8.** Caso não se realize lances verbais serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o estimado para a contratação, que tem caráter meramente informativo.

**8.9.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**8.10.** Sendo aceitável a proposta de menor preço do lote, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT ou documentos de habilitação, para empresas não cadastradas, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

**8.11.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**8.12.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**8.13.** Nas situações previstas nos subitens **8.9, 8.10 e 8.12**, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

**8.14.** Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº. 123/2006.

**8.15.** Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro e as licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

**8.16.** Caso ocorra a apresentação de 02 (duas) ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, e as licitantes classificadas se recusarem a dar lances e consequentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do art. 45, parágrafo 2º, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão.

**8.17.** Os envelopes contendo os “Documentos de Habilitação” das licitantes remanescentes ficarão à disposição das licitantes na Sala de licitação e somente poderão ser retirados após 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela empresa vencedora. Após 60 (sessenta) dias, caso não retirado, o Pregoeiro procederá à destruição dos envelopes, independentemente de comunicação prévia.

**8.18.** No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

**8.19.** Havendo apenas uma proposta de preços do lote único, o pregoeiro suspenderá a sessão do Pregão e informará a autoridade competente, que poderá autorizar a adjudicação do objeto ou revogar a licitação.

**8.20.** Nesta fase será realizada a análise do objeto social descrito no Contrato Social das Empresas Licitantes em conjunto com as propostas de preços apresentadas pelas empresas, após o respectivo lançamento das referidas propostas, as quais as empresas que não possuírem o objeto social compatível com este objeto da licitação serão desclassificadas em ato contínuo.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

## 9. DA HABILITAÇÃO

**9.1.** Os documentos de habilitação, para **EMPRESAS CADASTRADAS**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo IV**).

c) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).

d) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

e) Atesto de capacidade técnica emitida por empresa pública ou privada, compatível com o ramo de Calibração e ajuste de equipamentos laboratoriais segundo ISO 9001, ISO/IEC 17025 ou norma compatível atestada pelo INMETRO, e/ou participa da RBC (Rede Brasileira de Calibração).

f) **As micros e pequenas empresas, optantes comprovadas do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedores – CGF/MT.**

**9.2.** As Empresas licitantes **NÃO CADASTRADAS** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**9.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**9.2.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA DE EMPRESAS DE GRANDE PORTE:**

- a) Cédula de Identidade, quando se tratar de empresa individual.
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor acompanhado da última alteração devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada e, no caso de Sociedade por Ações, Estatuto acompanhado da Ata da Assembleia de última eleição dos seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente.
- e) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública;
- f) A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também:
  - f.1.) o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
  - f.2.) Documento firmado pela licitante, constituindo seu representante legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.
- g) Alvará de funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal da sede do licitante.

**9.2.1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA DE ME E EPP (ART. 7º, DECRETO Nº. 635/07):**

- a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.

**9.2.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (PARA EMPRESAS DE GRANDE PORTE E ME E EPP)**

- a) Atesto de capacidade técnica emitida por empresa pública ou privada, compatível com o ramo de Calibração e ajuste de equipamentos laboratoriais segundo ISO 9001, ISO/IEC 17025 ou norma compatível atestada pelo INMETRO, e/ou participa da RBC (Rede Brasileira de Calibração).



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**9.2.3. DA REGULARIDADE FISCAL:**

**9.2.3.1. DA REGULARIDADE FISCAL DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a mesma poderá ser retirada no site: [www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm).
- c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br), ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário.
- d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário.
  - d.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas “b” e “c”, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.
- e) Certidão Negativa de Débitos Gerais e Tributos Municipais, emitida pela Procuradoria Geral do Município.
- f) Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a mesma pode ser retirada no site: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br).
- g) Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a mesma pode ser retirada no site: [www.inss.gov.br](http://www.inss.gov.br).
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

**9.2.3.2. DA REGULARIDADE FISCAL DAS ME E EPP (ART. 7º, DECRETO 635/07):**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

- a) Inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;
- b) Comprovação da regularidade com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e para com Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, conforme objeto licitado.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

**9.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**9.2.4.1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:**

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- b) Certidão negativa de pedido de falência ou de concordata, expedida pelos cartórios distribuidores da sede da pessoa jurídica, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação.

**9.2.4.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA DAS ME E EPP (ART. 7º, DEC. 635/07):**

- a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação.;
- b) Declaração Anual de Rendimentos/Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**9.2.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA NÃO CADASTRADAS**

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (**Anexo IV**).
- b) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).
- c) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

**9.3.** A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**9.4.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, em publicação da imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhados do original para conferência pelo Pregoeiro.

**9.5.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**10.1.** Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendem viciarem o mesmo. **Sendo que as petições deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo, endereçada a Comissão Técnica de Pregão, ou por correios, via Sedex, devidamente instruídas (razão social, endereço, telefone para contato e ainda, número do processo e do Pregão ao qual se referem).**





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**10.1.2. Não serão aceitas petições (pedido de esclarecimento e impugnação) encaminhadas por e-mail ou fax.**

**10.2.** Caberá ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação.

**10.3.** Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

**10.4.** A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

**10.5.** Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8666/93.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**11.1.1.** A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

**11.1.2.** Não serão aceitas petições encaminhadas por e-mail ou fax, as mesmas deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo, endereçada a Comissão Técnica de Pregão, ou por correios, via Sedex;

**11.1.3.** As petições deverão estar instruídas com a razão social, endereço, assinatura, telefone para contato e ainda, número do processo e do pregão ao qual se referem;



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**11.1.4. A manifestação necessariamente explicitará motivação consistente, que será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não, nos termos do art. 112, I, do Decreto nº. 7.217/06.**

**11.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**11.3.** Presentes os pressupostos de admissibilidade, o Pregoeiro suspenderá os trabalhos até a decisão final quanto ao recurso interposto.

**11.4.** Havendo recurso interposto contra a decisão do Pregoeiro acerca do Lote único, este não terá efeito suspensivo para os demais.

**11.5.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**11.6.** Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

**11.7.** Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da SEMA, na Coordenadoria de Aquisições e Contratos.

**11.8.** Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

## **12. DA HOMOLOGAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA**

**12.1.** A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

**12.2.** Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova planilha de preços ofertados na etapa de lances verbais, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos,



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

**12.3** Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação regular junto ao Cadastro Geral de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

**12.4.** Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**12.5. A CONTRATADA** se obriga, nos termos previstos neste edital a:

**12.5.1.** Comparecer no prazo de 02 (dois) dias para retirada da Nota de Empenho e Assinatura do Contrato, contados à partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso.

**12.5.2.** A empresa adjudicatária deverá iniciar a execução do serviço, objeto da presente licitação, em até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

**12.5.3.** A vigência do contrato será de 05 (cinco) meses, contados da data de sua assinatura, com eficácia a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**12.5.3.1** A vigência do contrato trata-se do somatório: prazo de execução de 45 (quarenta e cinco) dias úteis somado com a garantia mínima de 90 (noventa) dias sobre os serviços prestados, conforme descrito no Termo de Referência anexo ao Edital.

**12.5.4.** A CONTRATADA não poderá subcontratar subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado. No caso de fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora da licitação, a SEMA deverá ser comunicada por escrito sobre as mudanças, e só aceitará a nova empresa se destas transformações não resultarem prejuízos a execução dos serviços, mantidas as condições de habilitação e a manutenção das condições estabelecidas no contrato original.

**12.5.5.** Assumir as responsabilidades e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**12.5.6.** Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho do serviço e providenciará para que todos os seus empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas do CONTRATANTE.

**12.5.7.** Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do Contrato;

**12.5.8.** Caso a CONTRATADA tenha que desfazer ou refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as necessárias despesas;

**12.5.9.** Responsabilizar-se-á pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por atos de negligência ou culpa de seus empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços estipulados no Contrato;

**12.5.10.** Executar o objeto de acordo as exigências do Edital da Licitação e seus Anexos, agindo de boa-fé conforme exigência do Código Civil e adotar a melhor técnica utilizando materiais de primeira qualidade e cumprindo todas as normas técnicas;

**12.5.11.** Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as obrigações em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apontadas pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência, ou no prazo estabelecido pela fiscalização;

**12.5.12 -** Cumprir quaisquer formalidades e pagar as multas porventura impostas pelas autoridades competentes, decorrentes da execução do objeto ora contratado;

**12.5.13 -** Responder por todo e qualquer dano que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, ainda que culposos, por ato praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, ainda que culposos, eximindo o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, assegurando ao CONTRATANTE, em qualquer caso, o exercício do direito de regresso, pela via administrativa, que após o devido processamento e garantido o direito de defesa, o prejuízo ensejará o desconto de valores devidos ou inscrição do débito em dívida ativa;

**12.5.14 -** Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**12.5.15** – É obrigação da CONTRATADA a reserva de voos e hotel para o profissional que irá executar os serviços de calibração, assim como reserva e aluguel de veículo, conforme legislação vigente.

**12.5.16** - Arcar com os danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE e responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, quando do cumprimento de suas obrigações;

**12.5.17** - Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado;

**12.5.18** - Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

**12.5.19** - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

**12.5.20** - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**12.5.21** - Nas situações caracterizadas como níveis de anormalidades de emergência, a CONTRATADA deverá, com a maior brevidade possível, mobilizar técnicos, peças ou equipamentos de reposição necessários à solução do problema;

**12.5.22** - Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;

**12.5.23.** Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades dispostas no item 14 deste Edital.

**12.5.24.** Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observado a ordem de classificação, para celebrar



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, no qual o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, não adjudicando em caso de imutabilidade de preço;

**12.5.25** Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida nos subitens anteriores;

**12.5.26.** Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual nº. 7.217/2006.

**12.6. A SEMA se obriga, nos termos previstos neste edital a:**

**12.6.1.** Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**12.6.2.** O CONTRATANTE deverá exercer a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93, bem como:

**12.6.3.** Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, inclusive destinar, se for o caso, local para que o representante da CONTRATADA possa executar o controle dos serviços.

**12.6.4.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.

**12.6.5.** Manifestar formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato.

**12.6.6.** Aplicar, quando for o caso, à CONTRATADA, as sanções regulamentares e contratuais.

**12.6.7.** Permitir o acesso à CONTRATADA para o cumprimento de suas obrigações.

**12.6.8.** Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.

**12.6.9.** Efetuar em dia o pagamento à Contratada, pelos serviços prestados.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**12.6.10.** Serão designados 2 (dois) técnicos do laboratório para acompanhamento o suporte do profissional que irá realizar os serviços de manutenção e ajustes dos equipamentos de laboratório.

**12.6.11.** Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela SEMA.

**12.6.12.** O Setor Demandante registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à CONTRATADA para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**12.6.13.** O serviço será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade.
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato.
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.

**12.6.14.** A Secretaria de Estado de Meio Ambiente efetuará o pagamento em até 20 (vinte) dias úteis, após o atesto na Nota Fiscal, comprovando que o serviço foi efetivamente prestado e é o mesmo do objeto deste Edital.

**12.6.15.** Aplica-se ainda ao Adjudicatário, por ocasião do fornecimento de serviço as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

### **13. DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO**

**13.1.** A empresa adjudicatária deverá iniciar a execução do serviço, objeto da presente licitação, em até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

**13.2** A vigência do contrato será de 05 (cinco) meses, isto é, o prazo de execução de 45 (quarenta e cinco) dias úteis mais a garantia mínima de 90 (noventa) dias sobre os serviços prestados contados da data de sua assinatura, , conforme descrito no Termo de Referência anexo ao Edital, com eficácia a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, .





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**13.3.** Serão pagos apenas os serviços efetivamente prestados comprovados por meio de atesto do setor demandante, ao qual ocorrerá o pagamento por meio de Nota Bancária através do Banco do Brasil S/A, em nome do fornecedor, até o 20º (vigésimo) dia útil.

**13.4.** A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:

**13.4.1.** Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

**13.4.2.** Nenhum pagamento deverá ser efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

**13.5.** A SEMA efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na Nota Fiscal.

**13.6.** Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

**13.7.** Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Notas Fiscais/Fatura com a efetiva prestação dos serviços objeto deste Edital de Pregão Presencial, devidamente atestados pelo Setor Demandante, acompanhada da Certidão de regularidade junto ao INSS e FGTS e Certidões Negativas da Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

**13.8.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

**13.9.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**13.10.** A Nota Fiscal deverá estar em nome da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50.

**13.11.** O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

**13.12.** A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).**

## **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

**14.1.1.** Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência**
- b) Multa** de até 10% sobre o valor adjudicado;
- c) Rescisão;**
- d) Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
- e) Declaração de inidoneidade conforme Anexo VII** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**14.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

- a)** atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b)** a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

**14.2.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**14.3.** A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

**14.4.** A multa, eventualmente imposta à adjudicatária, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

**14.5.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

**14.6.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**14.7.** Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, total, do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.

**14.8.** A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para a execução dos serviços, deverá ser encaminhada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, até o vencimento do prazo de execução dos serviços inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

## **15. DA RESCISÃO.**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**15.1.** A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

**16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

**Unidade Orçamentária:** 27101

**Programa:** 323.

**Unidade Gestora:** 02

**Projeto\ Atividade:** 2358.

**Região:** 9900.

**Medida:** 01.

**Tarefa:** 01.

**Natureza da despesa:** 3.3.90.39.00

**Fonte:** 109

**16.2.** As despesas decorrentes da prestação do serviço objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

**17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**17.2.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**17.2.1.** A anulação do procedimento induz a do contrato.

**17.2.2.** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**17.3.** A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei n.º 8.666/93.

**17.4.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**17.5.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**17.6.** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no item 14.4 do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**17.7.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**17.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

**17.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**17.10.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

**17.11.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

**17.12.** Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo da SEMA, ou correios, via Sedex, endereçado a Comissão Técnica de Pregão da SEMA, **até 03 (três) dias** úteis antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

**17.12.1.** Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT no endereço: [www.sad.mt.gov.br/](http://www.sad.mt.gov.br/) Portal de Aquisições, sendo de responsabilidade do licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

**17.13.** A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

**17.14.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

**17.15.** Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

**17.16.** São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta / Termo de Referência.
- b) Anexo II – Carta de Credenciamento.
- c) Anexo III – Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- d) Anexo IV - Modelo da Declaração de:

- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art.32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar n.º 04/90).

e) Anexo V – Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.

f) Anexo VI – Termo de Referência 03/2013 elaborado pelo setor demandante – Gerência de Laboratório e Ensaio da SEMA.

g) Anexo VII - Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.

Cuiabá, 29 de outubro 2013.

**Nefertite Juliana da Cunha**  
Pregoeira Oficial - SEMA/MT

**Benedito Nery Guarim Strobel**  
Secretario Adjunto Executivo do Núcleo Sistêmico Ambiental  
SEMA/MT



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**ANEXO I**

**FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA/TERMO DE REFERÊNCIA**

Pregão n.º \_\_\_\_\_ DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ÀS \_\_\_\_:\_\_\_\_ HORAS.

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_

**LOTE ÚNICO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE CALIBRAÇÃO E/OU AJUSTE DE BALANÇA ANALÍTICA COM EXPEDIÇÃO DE RELATÓRIO DE CONFORMIDADE. UNIDADE.	02		
2	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE CALIBRAÇÃO E/OU AJUSTE DE PHMETRO DE BANCADA COM EXPEDIÇÃO DE RELATÓRIO DE CONFORMIDADE. UNIDADE.	02		
3	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE CALIBRAÇÃO E/OU AJUSTE DE CONDUTIVÍMETRO DE BANCADA COM EXPEDIÇÃO DE RELATÓRIO DE CONFORMIDADE. UNIDADE	01		
4	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE CALIBRAÇÃO E/OU AJUSTE DE ESPECTROFOTÔMETRO DE BANCADA COM EXPEDIÇÃO DE RELATÓRIO DE CONFORMIDADE. UNIDADE.	02		
5	CUSTO DE DESLOCAMENTO DE TÉCNICO PARA O ESTADO DE MATO GROSSO - DESLOCAMENTO DE TÉCNICO PARA O ESTADO DE MATO GROSSO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO E/OU AJUSTE DE BALANÇAS ANALÍTICAS OU	01		



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	SEMI-ANALÍTICAS E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, TAIS COMO PHMETROS, CONDUTIVÍMETROS E ESPECTROFOTÔMETROS E EXPEDIÇÃO DE RELATÓRIO DE CONFORMIDADE (COM INCERTEZA EXPANDIDA). DEVERÁ ESTAR INCLUSO NO VALOR: TRANSLADO PARA O AEROPORTO, PASSAGENS AÉREAS, LOCAÇÃO DE CARRO, ALIMENTAÇÃO E ESTADIA PARA, NO MINIMO, 03 DIAS. UNIDADE.			
	<b>VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO</b>			

**Validade da Proposta:** \_\_\_\_\_

**Local e Data:** \_\_\_\_\_

**(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)**





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO II**

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

*(Papel timbrado da empresa)*

À  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA**  
**REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nº. 009/2013/SEMA/MT - TIPO MENOR PREÇO LOTE ÚNICO.**

Indicamos o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador  
(a) da cédula de identidade nº. \_\_\_\_\_, órgão expedidor  
\_\_\_\_\_, como nosso (a) representante legal na Licitação em referência,  
podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS**, dar lances,  
manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de  
prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente  
Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data,

(nome e função na empresa)

**\*Reconhecer em Cartório**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

*(Papel timbrado da empresa)*

**MODELO DE DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA QUE CUMPRE PLENAMENTE  
OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Declaramos, em atendimento ao previsto no item 3.3. do Edital de Pregão n.º 009/2013/SEMA, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

Local e data,

**(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

*(Papel timbrado da empresa)*

**Ref.: Edital de Pregão Presencial N°. 009/2013 – SEMA/MT**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ N.º \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 009/2013/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei n.º 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar n.º 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA- ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**

**(papel timbrado da empresa)**

**Ref: Edital de Pregão Presencial N°. 009/2013 – SEMA/MT.**

Para fins de participação na licitação na modalidade de Pregão Presencial n°. 009/2013, a (o) (nome completo do proponente), CNPJ, sediada na (Endereço Completo), declara sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar n°. 123, de 14.06.2006.

Local e data.

Nome e identificação do declarante

OBS: A presente declaração deverá ser assinada por representante legal do proponente.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VI**

<b>1- TERMO DE REFERÊNCIA nº 03/2013</b>																					
<b>2- Unidade Orçamentária:</b> 27101 <b>2.1- Programa:</b> 323 <b>2.2- Unidade Gestora:</b> 2 - FEMAM <b>2.3- Região:</b> 9900 - ESTADO <b>2.4- Medida:</b> 1 – Realização de Amostragens e Análises Físicas, Químicas, Biológicas e Hidrossedimentológicas <b>2.5- Tarefa:</b> 1 – Realização de análises físicas, químicas e biológicas em amostras da Rede Hidrológica Básica				<b>3- Classificação da Despesa:</b> ( ) Materiais Permanentes ( ) Materiais de Consumo ou Expediente (X) Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica ( ) Serviços de Terceiro Pessoa Física ( ) Obras ( ) Reformas ( ) Outros termo																	
<b>4- Área: Coordenadoria/Superintendência:</b> Coordenadoria de Monitoramento da Qualidade Ambiental / Superintendência de Monitoramento de Indicadores Ambientais				<b>5- Unidade Solicitante/Recebedora:</b> Gerência de Laboratório e Ensaios			<b>6- Unidade Fiscalizadora/ Fiscal do Contrato:</b> Gerência de Laboratório e Ensaios														
<b>7- Projeto/Atividade, Elemento de Despesa e Sub-Elemento, Valor.</b>																					
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><thead><tr><th style="width: 25%;">Projeto/Atividade</th><th style="width: 15%;">Fonte</th><th style="width: 25%;">Elemento e Sub-Elemento de Despesas</th><th style="width: 35%;">Valor (R\$)</th></tr></thead><tbody><tr><td>2358 – Monitoramento Qualitativo e Quantitativo da Água</td><td>109</td><td>3.3.90.39.00</td><td></td></tr><tr><td colspan="3" style="text-align: center;"><b>Custo Total Estimado 2013</b></td><td></td></tr></tbody></table>										Projeto/Atividade	Fonte	Elemento e Sub-Elemento de Despesas	Valor (R\$)	2358 – Monitoramento Qualitativo e Quantitativo da Água	109	3.3.90.39.00		<b>Custo Total Estimado 2013</b>			
Projeto/Atividade	Fonte	Elemento e Sub-Elemento de Despesas	Valor (R\$)																		
2358 – Monitoramento Qualitativo e Quantitativo da Água	109	3.3.90.39.00																			
<b>Custo Total Estimado 2013</b>																					
<b>8- Objeto Sintético:</b> Realização de serviços de calibração e ajuste de equipamentos de laboratório (balanças analíticas, pHmetros, condutivímetros, e espectrofotômetro) e emissão de relatórios de conformidade de equipamentos segundo a norma ISO 9001 e/ou ISO/IEC 17025, para adequação do Laboratório às exigências recentes das resoluções CONAMA.																					
<b>9- Planilha Descritiva do Objeto</b>																					
<b>9.1 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de Prestação de Serviços:</b>																					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL PRESTAÇÃO SERVIÇO	QTD SERVIÇO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)	QTDE MESES	CUSTO MÁXIMO TOTAL DO SERVIÇO	PROJETO DE ATIVIDADE												
01	Serviço especializado de calibração e/ou ajuste de balança analítica com	Não tem	Laboratório de Monitoramento Ambiental	02			01		2358												



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

	expedição de relatório de conformidade								
02	Serviço especializado de calibração e/ou ajuste de pHmetro de bancada com expedição de relatório de conformidade	Não tem	Laboratório de Monitoramento Ambiental	02			01		2358
03	Serviço especializado de calibração e/ou ajuste de condutivímetro de bancada com expedição de relatório de conformidade	Não tem	Laboratório de Monitoramento Ambiental	01			01		2358
04	Serviço especializado de calibração e/ou ajuste de espectrofotômetro de bancada com expedição de relatório de conformidade	Não tem	Laboratório de Monitoramento Ambiental	02			01		2358
05	Custo de deslocamento de técnico para o estado de Mato Grosso	Não tem	Laboratório de Monitoramento Ambiental	01			01		2358
<b>VALOR TOTAL</b>									



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**9.2 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de materiais:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PROJETO DE ATIVIDADE
						<b>VALOR TOTAL</b>	

**10- Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada serviço:**

**ITEM 01 – CALIBRAÇÃO DE BALANÇA ANALÍTICA**

Realização de serviço especializado de calibração e ajuste de 02 (duas) balanças analíticas Sartorius, modelo TE 214 S, com emissão de certificado de calibração e/ou relatório de conformidade por método comparativo, nos seguintes pontos: 1/10/50/100/150/180g (pesos para calibração).

O certificado de calibração e/ou relatório de conformidade deverá conter informações quanto à incerteza expandida.

**ITEM 02 – CALIBRAÇÃO DE PHMETRO**

Realização de serviço especializado de calibração e ajuste de 02 (dois) pHmetros (01 pHmetro Qualxtron modelo QX 1500 plus e 01 pHmetro TecnoPON modelo MPA-210), com emissão de certificado de calibração e/ou relatório de conformidade por método comparativo, nos seguintes pontos:

Eletrônico: 1, 5, 7, 9 e 13 (pH) ou

Padrão Líquido: 4, 7 e 10 (pH)

O certificado de calibração e/ou relatório de conformidade deverá conter informações quanto à incerteza expandida.

**ITEM 03 – CALIBRAÇÃO DE CONDUTIVÍMETRO**

Realização de serviço especializado de calibração e ajuste de 01 (um) condutivímetro TecnoPON, modelo MCA-150, com emissão de certificado de calibração e/ou relatório de conformidade por método comparativo, nos seguintes pontos: 1408 e 1413  $\mu$ S (padrão líquido).

O certificado de calibração e/ou relatório de conformidade deverá conter informações quanto à incerteza expandida.

**ITEM 04 – CALIBRAÇÃO DE ESPECTROFOTÔMETRO**

Realização de serviço especializado de calibração e ajuste de 02 (dois) espectrofotômetros, (01 espectrofotômetro HACH, modelo DR 4000 e 01 espectrofotômetro Micronal, modelo B-380), com emissão de certificado de calibração e/ou relatório de conformidade por método comparativo, nos seguintes pontos: 440, 529, 684, 775 e 880 nm.

O certificado de calibração e/ou relatório de conformidade deverá conter informações quanto à incerteza expandida.

**ITEM 05 – CUSTO COM DESLOCAMENTO DE TÉCNICOS PARA MATO GROSSO**

Deslocamento de técnico para o estado de Mato Grosso. Deverá estar incluso no valor: traslado para o aeroporto, passagens aéreas, locação de carro, alimentação e estadia para, no mínimo, 03 dias.

**10.1- Do Cadastro da Especificação:**

**Cadastrado na SAD**

( ) sim

( X ) Não, porque (apresentar justificativa)



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

Os itens listados não apresentam cadastro no banco de especificações da SAD. Apesar de existirem cadastro para serviços de manutenção corretiva e calibração de balanças, o modelo especificado é diferente do modelo objeto do serviço a ser contratado por este TR, o que demanda novos cadastros para todos os itens listados.

**11- Justificativa Técnica da aquisição:**

Os equipamentos listados que necessitam de calibração e ajuste, procedimentos de controle de qualidade analítica de uso comum e rotineiro no Laboratório de Monitoramento Ambiental e, por isso, são imprescindíveis para garantir a qualidade dos resultados analíticos emitidos por este setor. A calibração e o ajuste garantem que os equipamentos estão sendo operados dentro de margens de funcionamento aceitáveis e que não acarretem desvios de leitura que poderiam comprometer os resultados obtidos. A calibração de equipamentos é uma exigência e pode servir de base para sustentação legal de resultados analíticos frente a demandas judiciais que questionem a plausibilidade dos resultados emitidos.

A Resolução CONAMA nº 357/2005, em seu artigo 9º discorre que “A análise e avaliação dos valores dos parâmetros de qualidade de água de que trata esta Resolução serão realizadas pelo Poder Público, podendo ser utilizado laboratório próprio, conveniado ou contratado, que deverá **adotar os procedimentos de controle de qualidade analítica necessários ao atendimento das condições exigíveis**”.

Em vista de que os laudos do Laboratório de Monitoramento Ambiental têm subsidiado pareceres, laudos periciais e decisões do JUVAM, Ministério Público Estadual e Federal, Perícia Técnica do Estado, Delegacia do Meio Ambiente, entre outros, é imprescindível e urgente que este serviço seja realizado.

**12- Resultados Esperados Diretos e Indiretos:**

O funcionamento pleno e adequado dos equipamentos laboratoriais listados, dentro de margens de erro aceitáveis e confiáveis, para a emissão de laudos laboratoriais de qualidade para os solicitantes de serviços do Laboratório de Monitoramento Ambiental.

**13 – Público/ Clientela Alvo:**

Atender ao Laboratório de Monitoramento Ambiental da SEMA-MT (em Cuiabá-MT).

**14- Data Estimada para entrega do bem e/ou realização do serviço:**

**14.1- Tipo de Entrega**

( x ) Imediata    ( ) Sob demanda    ( ) Mensal

**14.2- Período de atendimento (vigência):**

O serviço deverá ser realizado em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis a contar da emissão da ordem de execução de serviço.

**14.3- Previsão de desembolso financeiro:**

Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro		
Execução da despesa	Desembolso financeiro	Valor (R\$)
Única		
TOTAL		





**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**15- Endereço de Entrega/Realização do bem e/ou serviço:**

Laboratório de Monitoramento Ambiental da SEMA-MT

Rua C, esquina com Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo, CEP: 78050-970, Cuiabá-MT.

**16- Condições de Pagamento:**

**1º) DO PAGAMENTO**

I) O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pela Gerência responsável pela fiscalização dos bens/serviços (Gerência de Laboratório e Ensaios) e acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais nºs 7217/06, 8199/06 e 8426/06, obedecendo aos prazos estabelecidos na Instrução Normativa nº 01/2007/SAGP/SEFAZ.

II) Certidões obrigatórias, para pagamento de Pessoa Jurídica: 1 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; 2 - Certidão Negativa de Débito do INSS – CND; 3 - Certidão Negativa de Débitos para Recebimento da Administração Pública – CND SEFAZ-MT, exigido para as empresas cadastradas no Estado de Mato Grosso; 4 - Certidão Negativa de Débitos do ICMS/IPVA – CND da SEFAZ do Estado de origem, exigido para as empresas cadastradas em outras unidades da Federação;

obs.: estão dispensados de apresentar Comprovante de Nota Fiscal de Vendas para Órgão Público do Estado de Mato Grosso os contribuintes que apresentarem a Nota Fiscal Eletrônica.

**2º) DOS RESPONSÁVEIS PELO ATESTO:**

- Serviços: Fica a unidade fiscalizadora responsável pelo acompanhamento e execução de todos os serviços contratados, assim como pelo atesto de toda e qualquer Nota Fiscal/Fatura referente à presente contratação.

OBS.: Cabe também à unidade fiscalizadora, seja em questão de material ou serviços, o acompanhamento pelos saldos contratuais, tanto em questão orçamentária como em quantitativo.

**17- Requisitos para Apresentação da Proposta:**

**17.1- Conhecimento Prévio**

É necessário relacionar experiências anteriores, com comprovação documentos (mínimo 2 comprovações) em: Calibração e ajuste de equipamentos laboratoriais segundo ISO 9001, ISO/IEC 17025 ou norma compatível atestada pelo INMETRO

Calibração e ajuste de balanças segundo ISO 9001 ou ISO/IEC 17025 ou norma compatível atestada pelo INMETRO

**17.2- Perfil do Profissional**

Não se aplica

**17.3- Perfil da Empresa**

A empresa deverá comprovar que atua no ramo de calibração e ajuste de equipamentos laboratoriais e/ou que possui



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

certificação ISO/IEC 17025 e/ou que participa da RBC (Rede Brasileira de Calibração), através de apresentação de certificados ou outros documentos comprobatórios.

**17.4- Plano de Trabalho/Projeto Básico**

Ver descrição do item 10 – Descrição detalhada do serviço, deste TR.

**17.4.1- Metodologia de acompanhamento**

Não se aplica

**17.4.1.1- Descrição de ferramentas/arquitetura/tecnologia a serem utilizadas (Em caso de investimento de TI)**

Não se aplica

**17.4.1.2- Critérios para controle dos serviços**

Serão designados 2 (dois) técnicos do laboratório para acompanhamento e suporte do profissional que irá realizar os serviços de manutenção e ajustes dos equipamentos de laboratório.

**17.4.2- Descrição do Projeto**

Não se aplica

**17.4.3- Gerencia das atividades**

Não se aplica

**17.5- Responsabilidades das partes**

**17.5.1- Da Contratante**

Conforme legislação administrativa vigente.

**17.5.2- Da Contratada**

Conforme legislação administrativa vigente, com o seguinte acréscimo:

- É obrigação da contratada a reserva de voos e hotel para o profissional de calibração, assim como reserva e aluguel de veículo.

**18- Das Garantias:**

É necessário o fornecimento de garantia de, no mínimo, 90 dias sobre os serviços prestados.

**19 – Das Sanções Administrativas**

Conforme legislação administrativa vigente.

**20 – Legislação aplicada ao objeto/Parecer específico se houver**

**21 – Considerações (se houver):**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Cuiabá, 03 de maio de 2013.

<b>Responsável pela elaboração do TR</b>  Sérgio Batista de Figueiredo	<b>Responsável pela Especificação Técnica</b> Sérgio Batista de Figueiredo										
<b>Gerente da unidade</b> Sérgio Batista de Figueiredo	<b>Coordenadoria/Superintendência</b> Elaine Corsini										
<b>Atestamos:</b> <table border="1"><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não Possui Orçamentário</td></tr></table> <b>Técnico CPLAN</b>  <b>Gerente de Execução Orçamentária</b>  <b>Coordenador de Planejamento</b>	<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário	<b>Atestamos:</b> <table border="1"><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Financeiro</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Financeiro</td></tr></table>  <b>Coordenadora Financeira</b>	<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro
<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação										
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário										
<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro										
<table border="1"><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não autorizado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Aguarde</td></tr></table> <b>Ordenador de Despesa</b>		<input type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	<input type="checkbox"/>	Não autorizado	<input type="checkbox"/>	Aguarde				
<input type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.										
<input type="checkbox"/>	Não autorizado										
<input type="checkbox"/>	Aguarde										

**TR ELABORADO POR:** Sérgio Batista de Figueiredo

**UNIDADE:** GLE

**RAMAL:** 37294



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA  
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À  
A/C

**Assunto: Declaração Negativa  
de Inidoneidade e  
Ausência de Fato  
Impeditivo para  
Licitar com o Poder  
Público.**

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

**(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)**